

Karinni Luise Dias Baeza

MICROCRÉDITO E O SEU IMPACTO SOBRE A POBREZA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Alberto de Oliveira

CIP - Catalogação na Publicação

B142m Baeza, Karinni Luise Dias
Microcrédito e o seu impacto sobre a pobreza no Brasil / Karinni Luise Dias Baeza. -- Rio de Janeiro, 2026.
39 f.

Orientador: Alberto de Oliveira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, 2026.

1. Microcrédito. 2. Inclusão Financeira. 3. Redução da pobreza. 4. Políticas Públicas. 5. Desenvolvimento regional. I. de Oliveira, Alberto , orient. II. Título.

KARINNI LUISE DIAS BAEZA

Microcrédito e o seu impacto sobre a pobreza no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Apresentado em: 23/03/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto de Oliveira

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado durante toda a trajetória acadêmica, oferecendo apoio, incentivo e compreensão nos momentos mais difíceis.

Em especial, dedico minha gratidão à minha avó, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos de vida, pela força e pelo carinho que sempre me motivaram a seguir em frente. Sua presença e apoio foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço também ao meu namorado, Vinícius, por toda paciência, companheirismo, incentivo e apoio emocional durante essa caminhada. Obrigada por acreditar em mim mesmo nos momentos em que eu duvidei da minha própria capacidade.

RESUMO

O presente trabalho analisa o microcrédito como instrumento de inclusão produtiva e de redução da pobreza no Brasil, considerando suas dimensões econômicas, sociais e institucionais. O estudo parte da constatação de que o acesso ao crédito no país é historicamente desigual, especialmente para populações de baixa renda e trabalhadores informais que enfrentam barreiras impostas pelos sistemas financeiros tradicionais. Nesse contexto, o microcrédito surge como política pública voltada à ampliação da inclusão financeira e ao fortalecimento de atividades produtivas de pequeno porte. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica baseada em autores nacionais e internacionais que discutem o tema das microfinanças e do microcrédito, além da análise da experiência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O trabalho examina os principais debates presentes na literatura, especialmente as questões relacionadas à focalização do público-alvo, à sustentabilidade institucional das instituições de microfinanças e ao impacto dessas iniciativas sobre a pobreza. A análise dos programas Crediamigo e Agroamigo evidencia que o microcrédito, quando associado a acompanhamento técnico e orientação financeira, contribui para a geração de renda, para a diversificação das atividades produtivas e para a redução da vulnerabilidade econômica. Conclui-se que, embora não seja solução única para a pobreza, o microcrédito constitui instrumento relevante de inclusão financeira e desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Microcrédito; Inclusão financeira; Redução da pobreza; Políticas públicas; Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This study analyzes microcredit as an instrument for productive inclusion and poverty reduction in Brazil, considering its economic, social, and institutional dimensions. The research is based on the observation that access to credit in the country has historically been unequal, particularly for low-income populations and informal workers who face barriers imposed by traditional financial systems. In this context, microcredit emerges as a public policy aimed at expanding financial inclusion and strengthening small-scale productive activities. The methodology adopted consists of a bibliographic review based on national and international authors who discuss microfinance and microcredit, as well as an analysis of the experience of Banco do Nordeste do Brasil (BNB). The study examines the main debates present in the literature, especially those related to target population focus, the institutional sustainability of microfinance institutions, and the impact of these initiatives on poverty reduction. The analysis of the Crediamigo and Agroamigo programs shows that microcredit, when combined with technical monitoring and financial guidance, contributes to income generation, diversification of productive activities, and reduction of economic vulnerability. The study concludes that, although microcredit is not a single solution to poverty, it represents an important instrument for financial inclusion and socioeconomic development.

Keywords: Microcredit; Financial inclusion; Poverty reduction; Public policies; Regional development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 MICROCRÉDITO: UMA POLÍTICA PARA REDUÇÃO DA POBREZA?.....	9
2.1 O que é Microcrédito?.....	10
2.2 – Quais são as questões fundamentais no debate sobre microcrédito?.....	13
3 MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.....	17
3.1 Limites e possibilidades do microcrédito como política de geração de emprego e renda.....	17
4 A EXPERIÊNCIA DO BANCO DO NORDESTE COMO PROVEDOR DE MICROCRÉDITO.....	20
4.1 – Quais são as principais linhas de microcrédito do Banco do Nordeste (BNB)?.....	21
4.1.1 – Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Crediamigo.....	21
4.1.2 – Programa de Microcrédito Rural – Agroamigo.....	24
4.2 – Estatísticas e histórico da evolução do microcrédito no BNB.....	26
4.3 – Impacto sobre a pobreza.....	29
5 CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o microcrédito como instrumento de inclusão produtiva e de redução da pobreza no Brasil, considerando suas dimensões econômicas, sociais e institucionais. Tentando compreender até que ponto o microcrédito, enquanto política pública, consegue efetivamente contribuir para a geração de emprego e renda e, assim, atuar como mecanismo de enfrentamento da pobreza em contextos marcados por profundas desigualdades.

Em um cenário no qual grande parte da população permanece à margem dos sistemas bancários tradicionais, compreender sua eficácia, seus limites e seu potencial de transformação é fundamental para aprimorar políticas voltadas ao desenvolvimento econômico local, ao fortalecimento de microempreendedores e à redução das vulnerabilidades sociais. Para o campo acadêmico, sobretudo para as áreas de planejamento governamental e de políticas públicas, esse debate contribui para aprofundar a análise crítica sobre instrumentos financeiros frequentemente defendidos como soluções rápidas para problemas estruturais.

Analizando também seus limites como a focalização, isto é, sobre qual público realmente tem acesso aos programas: os mais pobres ou microempreendedores já integrados à economia; o persistente desafio da sustentabilidade institucional, onde é necessário um mecanismo eficaz de recuperação do crédito, que assegure baixíssimas taxas de inadimplência para que não dependem somente dos repasses governamentais e desse modo conseguem ter autonomia financeira para ampliar o acesso ao microcrédito. E por último, analisar o caso do Banco do Nordeste (BNB) como propulsor do microcrédito no Brasil.

A metodologia adotada neste trabalho consiste em pesquisa bibliográfica fundamentada nos principais autores nacionais e internacionais do campo do microcrédito e das microfinanças. Foram utilizados textos clássicos e contemporâneos como Hulme e Mosley (2006), Wright (1999), Lima (2009), Passos (2002), Santos e Carrion (2009), entre outros. Esses autores foram escolhidos

porque representam as principais correntes de interpretação do microcrédito, desde abordagens que enfatizam a sustentabilidade e a lógica financeira até perspectivas mais críticas que analisam suas limitações como instrumento de combate à pobreza.

Os principais conceitos mobilizados ao longo do trabalho incluem: microcrédito, microfinanças, pobreza multidimensional, inclusão financeira, sustentabilidade institucional, empreendedorismo de subsistência e vulnerabilidade social. Esses conceitos foram selecionados por serem centrais na literatura especializada e por permitirem analisar o microcrédito de maneira integrada, superando visões reducionistas que o concebem apenas como mecanismo de oferta de crédito.

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite concluir que, embora o microcrédito não deva ser compreendido como solução única para o enfrentamento da pobreza, ele se configura como um instrumento relevante e efetivo de inclusão produtiva e fortalecimento econômico. A análise dos programas do Banco do Nordeste evidencia impactos positivos sobre a pobreza, ao ampliar o acesso ao crédito formal, estimular a geração de renda e reduzir a vulnerabilidade econômica de microempreendedores. Tais resultados mostram-se mais consistentes quando o microcrédito é implementado de forma estruturada e orientada, com acompanhamento técnico e articulação com políticas públicas mais amplas, indicando que seus efeitos dependem não apenas da oferta de crédito, mas também do contexto socioeconômico e da metodologia adotada pelas instituições de microfinanças.

2 MICROCRÉDITO: UMA POLÍTICA PARA REDUÇÃO DA POBREZA?

Antes de avançar na discussão específica sobre o microcrédito, é necessário compreender o papel do crédito, de maneira geral, no funcionamento das economias modernas. O crédito em sua definição econômica, segundo o Mini Dicionário Aurélio (2000), é a “cessão de mercadoria, serviço ou dinheiro, para pagamento futuro”. Segundo Schrickel (1995), “crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o

tempo estipulado”. Schumpeter (1997), sustenta que o desenvolvimento econômico é, em essência, inviável sem o crédito, uma vez que este desempenha papel central no financiamento das inovações e nesse sentido, o autor argumenta que o crédito, capital e dinheiro são concebidos como instrumentos fundamentais para impulsionar a inovação e, conseqüentemente, o crescimento industrial.

No entanto, o acesso ao crédito é historicamente desigual. Sistemas financeiros tradicionais impõem barreiras como garantias reais, histórico bancário e comprovação de renda, requisitos que grande parte da população de baixa renda ou trabalhadores informais não consegue atender. É justamente nesse ponto que se coloca a necessidade do microcrédito como política pública: ele emerge como resposta a uma falha estrutural do mercado financeiro, buscando democratizar o acesso ao crédito e integrá-lo a populações excluídas dos circuitos econômicos formais. (SANTOS E CARRION, 2009; PASSOS, 2002).

O microcrédito, portanto, se diferencia do crédito tradicional não apenas pelo tamanho dos empréstimos, mas por sua natureza social, por sua metodologia de acompanhamento e por sua finalidade de inclusão produtiva. Historicamente, esse instrumento ganhou visibilidade mundial a partir da década de 1970 com o Grameen Bank, de Muhammad Yunus, que demonstrou que empréstimos de baixo valor, aliados a metodologias de proximidade e orientação, podiam promover atividades produtivas entre populações extremamente pobres. (HULME & MOSLEY, 2006)

A partir dessa compreensão inicial do crédito como elemento estruturante da economia, torna-se possível aprofundar a análise sobre o microcrédito e suas implicações nos debates e no impacto sobre a pobreza, tema explorado ao longo deste trabalho.

2.1 O que é Microcrédito?

O microcrédito pode ser compreendido como a concessão de pequenos empréstimos às pessoas de baixa renda ou empreendedores informais, que tradicionalmente não possuem acesso ao crédito bancário. Com isso, ele se torna mais do que uma operação financeira, ele se configura como um mecanismo de

inclusão social, buscando fomentar atividades produtivas e gerar renda em populações historicamente marginalizadas. (BARONE; LIMA; DANTAS; REZENDE, 2002).

A trajetória do microcrédito no mundo remonta a experiências comunitárias e cooperativas de crédito ainda no século XIX, mas foi a partir da década de 1970 que ganhou projeção global, sobretudo com a criação do Grameen Bank, em Bangladesh, por Muhammad Yunus. Essa iniciativa mostrou que pequenos empréstimos, concedidos podiam fomentar atividades produtivas e melhorar as condições de vida de populações pobres.

Credit for the poor in Bangladesh is a strategy strongly supported by both donors and government. The reputation of Bangladeshi schemes, and particularly the Grameen Bank, has provided impetus to the spread of aidfinanced microcredit schemes across Thé developing world (Hulme & Mosley, 2006, p.155).

No Brasil, a conceituação de microcrédito está vinculada ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, que introduziu metodologias de acompanhamento técnico, aproximação comunitária e orientação financeira. O Banco Central do Brasil destaca que a lógica do microcrédito não deve se limitar à oferta de recursos, mas deve envolver também o acompanhamento do uso dos valores, com vistas à sustentabilidade do empreendimento.

Luiz Sérgio Farias Machado, representante do BNB, asseverou que o crédito isoladamente não promove desenvolvimento nem riqueza. Logo, um banco de desenvolvimento tem de buscar a integração com a comunidade. O BNB realizou várias ações com base nessa ideia e obteve sucessos em diversos empreendimentos. Ressaltou a adequada atuação dos agentes de desenvolvimento, bem treinados e conscientes de seu papel social, e o foco territorial, que fez com que o crédito chegasse com sustentabilidade a comunidades carentes. (Anais II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira Brasília, 2010, p.69).

A literatura internacional também aponta para a relevância dessa modalidade de crédito, por exemplo, Wright (1999) argumenta que os serviços de microfinanças não devem ser avaliados apenas pela capacidade de aumentar a renda imediata dos beneficiários, mas sim pelo potencial de promover segurança econômica e redução da vulnerabilidade. O autor ressalta que existe uma diferença fundamental entre “elevar a renda” e “reduzir a pobreza” e que o simples aumento da renda não

garante melhoria no bem-estar, pois o uso inadequado dos recursos pode não gerar efeitos duradouros.

When examining the income impacts of microfinance programmes, it is important to recognise that there is a significant difference between 'increasing income' and 'reducing poverty'. Despite the prevailing emphasis on raising incomes as the central objective of development programmes, the two are not synonymous. Clearly, the use to which income is put is as important in determining poverty and welfare as the level of the income itself – increased income can be (and often is) gambled away. (Wright, 1999, p. 8).

Wright (1999) ainda revela que em contextos econômicos adequados com inflação controlada, acesso a mercados e serviços financeiros adaptados às realidades locais os programas de microfinanças bem estruturados podem, de fato, contribuir para a redução da pobreza.

It is for this reason that the poor place so much emphasis on diversifying their sources of income — since this reduces their exposure to catastrophic income loss. Finally, in the context of the drive to create businesses that provide jobs, the differences between the quality of formal and informal sector employment must be noted. These differences also explain why, for many, having diversified sources of home-based income is preferable to depending on exploitative employment. (Wright, 1999, p. 1).

Somado a isso, é essencial compreender também que muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade utilizam o microcrédito como parte de uma estratégia de diversificação de rendas, e não como um caminho direto para o empreendedorismo ou crescimento financeiro. Essa diversificação permite reduzir riscos, aumentar a estabilidade econômica e proteger as famílias de choques externos, como doenças, crises climáticas ou oscilações de preços no mercado local. (WRIGHT, 1999).

PASSOS et al., (2002) argumenta também que, para alcançar os mais pobres, os programas de microfinanças devem ir além do crédito tradicional e oferecer uma gama mais ampla de serviços financeiros, especialmente poupança e empréstimos flexíveis. Isso se deve ao fato de que muitos dos mais vulneráveis se auto excluem desses programas por não conseguirem arcar com as exigências dos empréstimos formais.

Dessa forma, as microfinanças devem ser vistas não como soluções pontuais de elevação de renda, mas como plataformas de apoio que permitem aos indivíduos mais pobres organizar melhor sua vida financeira, adquirir pequenos ativos, superar situações críticas e, gradualmente, melhorar suas condições de vida já que a

pobreza precisa ser entendida como um fenômeno dinâmico e não linear, no qual indivíduos podem transitar entre situações de relativa estabilidade e de extrema vulnerabilidade. Deve ser compreendido como um instrumento que ao mesmo tempo em que busca ampliar o acesso financeiro, também pretende gerar impactos sociais, servindo de ponte entre a exclusão econômica e a participação em circuitos produtivos formais.

It is also important to recognise that poverty is neither linear or static, and that today's not-so-poor may well be tomorrow's poorest - and vice versa. It is for this reason that the poor place so much emphasis on diversifying their sources of income - it reduces their exposure to catastrophic income loss. (WRIGHT, 1999, p.8)

2.2 Quais são as questões fundamentais no debate sobre microcrédito?

Existem diferentes dimensões que permeiam o debate sobre o microcrédito, entre as quais se destacam: a focalização, a sustentabilidade e o impacto sobre a pobreza.

O debate sobre a focalização se baseia no questionamento se de fato o microcrédito chega às camadas mais pobres da população ou se beneficia apenas os microempreendedores que já possuem alguma inserção econômica. Os autores alertam que muitas iniciativas acabam atendendo a um público “menos pobre” e comprometendo a função de enfrentamento da extrema pobreza.

Hulme e Mosley (1996), constataam, por exemplo, que boa parte do público hoje atendido pelas instituições de microcrédito, são notadamente os “menos pobres”. Com isso, o governo poderia atuar atendendo diretamente a públicos que ainda não são satisfatoriamente atendidos, ou combinando assistência e qualificação ao crédito já existente para o melhor atendimento do “núcleo duro” da pobreza.

Dessa forma, esse debate baseia-se nas Instituições de Microfinanças (IMFs) e se elas devem concentrar seus esforços nos “mais pobres entre os pobres”, ou se devem atender também empreendedores de baixa renda que já possuem algum grau de inserção econômica. Nessa discussão também é mencionada a adequada delimitação do público-alvo, identificando e considerando as especificidades do

contexto socioeconômico em que a iniciativa será implementada. A partir desse recorte preciso, é possível assegurar a correta focalização das políticas e maximizar o seu impacto para as camadas mais pobres da sociedade.

Seja como for, o fundamental para que as IMFs cheguem aos mais pobres é a correta definição do público-alvo, que variará de acordo com o contexto socioeconômico. Apenas na medida em que o recorte desse grupo esteja feito de maneira adequada é que se pode esperar uma boa focalização do programa. (PASSOS, 2002, p.43).

Enquanto alguns autores defendem que o atendimento aos mais pobres reforça o caráter social da política, outros apontam que, em termos de sustentabilidade, é mais viável priorizar beneficiários com maior capacidade de pagamento.

Se o foco nos pobres não é necessariamente garantido, o foco nos mais pobres entre os pobres, ou no núcleo duro da pobreza, parece ser ainda mais difícil de se alcançar, além de exigir, quando isto ocorre, cuidados especiais que podem incluir até mesmo ações de caráter mais assistencial. (PASSOS., 2002, p. 43).

A questão da sustentabilidade ganhou destaque a partir dos anos 1990, quando se consolidou a ideia de que as atividades de crédito para microempreendedores deveriam ser sustentáveis, não dependendo exclusivamente de doações ou subsídios estatais. Nesse sentido, a sustentabilidade passou a ser considerada um dos principais parâmetros para a avaliação das Instituições de Microfinanças (IMFs).

Entre os pontos recorrentes, destaca-se a necessidade de a sustentabilidade promover ao setor de microfinanças um mecanismo eficaz de recuperação do crédito, que assegure baixíssimas taxas de inadimplência. A capacidade das instituições de manter o equilíbrio entre custos operacionais e retorno financeiro aparece como outro desafio relevante, já que o microcrédito, em razão de sua própria natureza, trabalha com valores reduzidos de empréstimo e exige forte proximidade entre agentes de crédito e beneficiários. Esse modelo implica custos proporcionalmente mais elevados quando comparados ao sistema bancário tradicional.

...pode-se dizer que o desafio das IMFs está justamente em desenvolver uma estrutura organizacional adequada que permita ao mesmo tempo

reduzir ao máximo os custos operacionais, sem perda de controle da inadimplência e com a cobertura dos seus custos. (PASSOS, 2002, p. 49)

Somado a isso, a competição e a chamada “sobreposição” de instituições também se tornam fatores de risco, pois em contextos em que há forte concorrência entre IMFs, observa-se aumento das taxas de juros e, em alguns casos, ocorre a saturação do mercado de microcrédito por conta da sobreposição de empréstimos para os mesmos beneficiários. Esse cenário, além de elevar os custos operacionais, pode levar a endividamento excessivo e comprometer os objetivos de inclusão financeira.

O problema mais complexo que surge com o aumento da competição no segmento das microfinanças é o da “saturação” do mercado ou da “sobreposição” — termo usado para indicar a filiação a múltiplas IMFs por parte dos beneficiários dos créditos do mercado de microfinanças. (PASSOS, 2002, p.49).

No que diz respeito ao impacto sobre a pobreza, a análise revela que o microcrédito, embora seja reconhecido como uma ferramenta de inclusão, ainda se encontra limitado por uma concepção predominantemente econômica da pobreza, desconsiderando que ela é fenômeno dinâmico e multidimensional, que inclui fatores como o social, cultural e político. Essa redução analítica fragiliza sua capacidade explicativa e formas de combatê-la.

Se a pobreza vem sendo considerada fenômeno multidimensional (uma tese já bastante difundida, tanto no ambiente acadêmico como nas publicações de organismos internacionais que lidam com o problema), a consciência do fato não está sendo acompanhada de medidas que assegurem a conjunção de diferentes disciplinas para tratá-la. (SANTOS, CARRION, 2009, p.56).

No caso brasileiro, o debate se concentra sobre a necessidade de maior amadurecimento teórico e prático, pois sua atuação tende a concentrar-se no atendimento de necessidades básicas imediatas, como a geração de renda para subsistência. Isso se explica porque em contextos de pobreza extrema, há uma clara atração dos indivíduos por essa modalidade como forma emergencial de enfrentamento da carência material. No entanto, essa abordagem não contempla de maneira significativa dimensões mais complexas da pobreza, como o fortalecimento

do capital social e o empoderamento dos beneficiários, os quais permanecem à margem das transformações promovidas pelas instituições de microcrédito (IMCs).

Assim, entende-se que, em contexto de pobreza absoluta e extrema, como é a situação de vida de uma grande parcela de brasileiros, parece haver uma tendência de que essas pessoas se sintam atraídas pelo microcrédito apenas como possível saída para sua situação crítica de vida, o que afeta diretamente a questão da carência de necessidades básicas, mas não necessariamente a questão do capital social e do empoderamento. (SANTOS, CARRION, 2009, p.64).

Santos e Carrion (2009), também afirmam que outro ponto importante, é a incorporação de elementos como cultura, costumes e valores regionais às práticas das instituições de microfinanças e como isso é fundamental para que o microcrédito se torne mais eficaz e adequado às realidades locais. Sem isso, corre-se o risco de importar modelos exógenos pouco adaptados ao contexto nacional.

Por fim, é importante destacar que o microcrédito, para além de seu potencial econômico, deve ser concebido como parte de uma estratégia integrada de desenvolvimento e combate à pobreza, de forma articulada com as políticas sociais e estruturais de forma mais ampla, porque o crédito, por si só, é insuficiente para enfrentar desigualdades históricas. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010)

3 MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

3.1 Limites e possibilidades do microcrédito como política de geração de emprego e renda

Segundo Costanzi (2002), o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelou avanços significativos no setor de microfinanças. O número de operações, entre 1997 até 1999, teve um crescimento de 781% enquanto o montante de recursos movimentados teve acréscimo de 400%, no mesmo período. Costanzi (2002) também analisou um estudo da OIT que indica ainda que, entre 1998 e 2000, o número de clientes atendidos por programas de microcrédito no país cresceu de forma contínua, com taxas mensais de até 7%. Todo esse processo

contou fortemente com a presença do Estado, que atuou por meio de diferentes programas e fundos. Porém, apesar de todo esse crescimento ainda persistem certas limitações como o desafio da inclusão de beneficiários extremamente pobres e microempreendedores de renda ligeiramente superiores.

Os programas de microcrédito, embora apresentados como instrumentos de geração de renda e combate à pobreza, mostram-se seletivos ao exigirem que os beneficiários já estejam inseridos no mercado e sem restrições de crédito, o que limita seu alcance entre os mais vulneráveis. Santiago (2001), cita alguns estudos, como o do IBASE, que revelam que essas iniciativas tendem mais a consolidar ocupações existentes do que a criar negócios, reduzindo seu potencial de gerar novas oportunidades de trabalho. Além disso, ele também discorre sobre a classificação ampla de trabalhadores por conta própria como “empreendedores” é questionada por autores como Sachs, que alerta para a falta de precisão metodológica nesse entendimento. Assim, o impacto do microcrédito como estratégia efetiva de inclusão produtiva permanece controverso.

“...a respeito dos programas de fomento ao microcrédito e ao empreendedorismo como estratégias de geração de ocupação e renda e como instrumentos de inclusão social e combate à pobreza. Em geral, são bastante seletivos porque exigem que os pequenos produtores, pretendentes ao crédito, já estejam no mercado há pelo menos um ano, além de estarem “limpos” nos serviços de proteção ao crédito. (SANTIAGO, 2011, p.18).

Um outro limite dessa política se manifesta na dependência histórica de doações, na resistência das IMFs à formalização no sistema financeiro, nos custos elevados de adequação regulatória e no risco de restrição do seu alcance.

Lima (2009), observa a dificuldade de garantir maior escala e sustentabilidade para que as instituições de microcrédito não dependam exclusivamente de doações ou de recursos públicos instáveis. Tal modelo restringe a abrangência das ações e compromete a continuidade dos programas, tornando-os vulneráveis a mudanças conjunturais. Porém, ele também menciona que os modelos que visam a sustentabilidade para se manterem necessitam aplicar taxas de juros mais elevadas, o que leva a exclusão da população mais pobre ao acesso ao microcrédito, causando um limite em sua abrangência. Além disso, o ingresso no sistema

financeiro formal exige altos custos de adaptação regulatória, o que pode desviar as IMFs de sua missão social e reduzir o foco em populações de maior vulnerabilidade.

...as IMFs devem ter como foco a provisão sustentável de serviços financeiros à população excluída do sistema bancário tradicional. O público-alvo não deve ser, necessariamente, a população de baixa ou baixíssima renda, já que a sustentabilidade depende de taxas de juros um pouco mais altas e de custos operacionais mais baixos, o que, em geral, inviabiliza um esforço de mobilização da instituição para focalização na clientela mais pobre. (LIMA, 2009, p.64).

Por outro lado, para tentar mitigar essas limitações existe a possibilidade do trade-off entre focalização e sustentabilidade, que consegue dar acesso ao microcrédito aos mais pobres, mas nesse caso, a instituição deve exigir o apoio de seus doadores por mais tempo.

De acordo com Ledgerwood (1999), é possível servir aos mais pobres de forma sustentável (...) a instituição escolher atender o núcleo duro da pobreza, os doadores devem estar comprometidos a apoiá-la por um período mais longo. (LIMA, 2009, p.66).

Acrescentando esse pensamento, Rhyne (1998) revela em seu estudo que as instituições que desenvolvem métodos eficientes conseguem atender até os clientes mais pobres e cobrir essas despesas. O autor também acrescenta que o conjunto entre a sustentabilidade e atender aos mais pobres seria possível somente pelas IMFs sustentáveis, pois somente elas conseguiriam ter acesso ao seu próprio *funding* e a utilizariam para esses casos.

A abordagem da inserção gradual das IMFs no sistema financeiro formal também é uma importante possibilidade, mesmo apesar dos custos iniciais, ela amplia as condições de sustentabilidade institucional e favorece a perenidade da oferta de crédito. Esse processo permite ainda a diversificação de serviços, como poupança e seguros, que ampliam o grau de inclusão financeira e contribuem para a proteção social dos beneficiários. (LIMA, 2009).

A adoção de critérios de financiamento adaptados às necessidades dos diferentes públicos, articulando diferentes formas de capital como o econômico, financeiro, social e simbólico, acabam abrindo oportunidades que ampliam o acesso a bens, serviços e atividades capazes de impactar o bem-estar das famílias, além de

facilitar o uso de recursos próprios ou a obtenção de novos recursos úteis à mobilidade e à integração social possibilitando maior efetividade na promoção do empreendedorismo e na criação de postos de trabalho. Nesse sentido, a possibilidade de inclusão financeira pressupõe práticas éticas, transparentes e dignas nos negócios, de modo a reduzir a assimetria de informações, superar barreiras financeiras e estabelecer uma relação de parceria com os clientes, contribuindo para a sustentabilidade de seus empreendimentos. (KATZMAN, 2000; FRAGA; TEODÓSIO; MSWAKA, 2019).

Constata-se então que as possibilidades do microcrédito estão diretamente vinculadas ao fortalecimento institucional, à sustentabilidade financeira e ao aprimoramento da governança das IMFs, fatores que ampliam uma oferta de crédito e potencializam sua capacidade de gerar ocupação e renda em diferentes contextos socioeconômicos. (LIMA, 2009; SANTIAGO, 2011; KATZMAN, 2000; FRAGA; TEODÓSIO; MSWAKA, 2019).

Diante disso, o microcrédito quando articulado a políticas públicas mais amplas de apoio ao pequeno empreendedor, como capacitação, assistência técnica e acesso a mercados se mostra capaz de não apenas fomentar negócios de subsistência, mas também estimular empreendimentos com potencial de crescimento e impacto socioeconômico mais duradouro.

Ao final, os limites e possibilidades do microcrédito como política de geração de emprego e renda devem ser analisados de forma integrada: enquanto desafios relacionados à sustentabilidade, ao público-alvo e à formalização institucional ainda persistem, as oportunidades oferecidas pela ampliação da base de clientes, pelo trade off entre sustentabilidade e focalização, pelo fortalecimento do setor e pela inclusão de novos serviços financeiros indicam que, quando bem estruturado, o microcrédito pode desempenhar papel estratégico na redução da pobreza, na dinamização da economia local e na mitigação das desigualdades sociais.

4 A EXPERIÊNCIA DO BANCO DO NORDESTE COMO PROVEDOR DE MICROCRÉDITO

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das principais instituições públicas voltadas para o fomento do desenvolvimento regional. Em 1998 lançou o Crediamigo, como uma forma de trazer para o Brasil formas de microcrédito já consagradas no exterior e em 2005 criou outro importante programa, o Agroamigo, ambos se constituem, respectivamente, como os maiores programas de microcrédito urbano e rural da América do Sul.

Analisando a experiência do BNB é perceptível que as políticas de microcrédito, quando associadas a estratégias de educação financeira, acompanhamento técnico e inserção produtiva, têm capacidade de reduzir desigualdades e gerar impactos sociais positivos. Tanto o Crediamigo quanto o Agroamigo se consolidaram como instrumentos eficazes de combate à pobreza, promoção da autonomia econômica e fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável.

Com a estratégia de implementação de programas próprios e estratégias inovadoras de inclusão financeira, o banco tem ampliado sua atuação entre microempreendedores formais e informais. Este capítulo analisa o papel do BNB como provedor de microcrédito, suas principais linhas de financiamento, os critérios de acesso e o seu impacto sobre a pobreza.

4.1 Quais são as principais linhas de microcrédito do Banco do Nordeste (BNB)?

O BNB oferece diversas modalidades de crédito destinadas a públicos distintos, desde microempreendedores informais até empresas de maior porte. No contexto de microcrédito destacam-se duas linhas principais:

4.1.1 Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Crediamigo

O Crediamigo é considerado o maior programa de microcrédito urbano da América do Sul. Voltado para microempreendedores formais e informais, o programa oferece financiamento para capital de giro e investimentos produtivos, utilizando a metodologia do microcrédito orientado, caracterizada por acompanhamento individualizado, visitas técnicas e análise simplificada. Ao longo dos últimos anos se consolidou como um programa voltado para o desenvolvimento local, atuando em diversos municípios da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

O programa tornou-se referência internacional, sendo hoje o maior programa de microcrédito produtivo e orientado da América do Sul, com carteira ativa de 1,8 milhão de clientes e R\$25 bilhões investidos na economia nordestina (posição de agosto de 2014). (SOUZA, 2010, p 2.)

Considerado uma inovação, esse programa consiste em atender principalmente os microempreendedores informais que não possuem garantias e comprovação de renda. Diante desse cenário, esse modelo facilita o acesso ao financiamento, reduz a burocracia e contribui para fortalecer a autonomia dos clientes, além de incluir grupos historicamente excluídos do sistema financeiro formal e dependentes de fontes informais.

A maioria das operações são de curto prazo, com valores entre R\$100,00 e R\$2.000,00, voltadas principalmente ao comércio, e apresenta baixas taxas de inadimplência. O acompanhamento personalizado realizado pelos assessores do Instituto Nordeste Cidadania (Inec) é um diferencial importante, contribuindo para a gestão dos empreendimentos, ampliando ainda mais o acesso ao programa.

Esses diferenciais possibilitam ao Banco do Nordeste do Brasil realizar, em média, 15 mil operações por dia no âmbito do Crediamigo, apresentando taxa de inadimplência inferior à média do Sistema Financeiro Nacional (a taxa de inadimplência até 90 dias era de 0,78% na posição de agosto de 2014), fazendo valer a máxima de que os mais pobres são melhores pagadores, sobretudo se os recursos tomados de empréstimo direcionam-se à atividade produtiva que garante a 2 Regulamentada pela Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999. Enquadram-se como Osci pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por essa Lei. PARTE II 5 subsistência da família. O programa se faz presente em 1.995 municípios, por meio de 280 agências e 244 postos de atendimento. (SOUZA, 2010, p. 4)

O Crediamigo, alinhado às diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), vai além da simples oferta de crédito ao proporcionar orientação financeira, empresarial e ambiental aos seus clientes. Esse acompanhamento contribui para o aprimoramento da gestão dos pequenos negócios e para o uso mais eficiente dos recursos, fortalecendo a cultura empreendedora sustentável no Nordeste.

Ao atender diversos empreendimentos locais, como comércio de bairro, serviços e pequenas produções. O programa estimula um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico, com geração de empregos e dinamização das economias municipais. Além do microcrédito, os beneficiários passam a ter acesso ampliado a serviços financeiros, incluindo capital de giro, investimento fixo, contas bancárias, cartões, seguros e soluções de pagamento, promovendo maior inclusão financeira e fortalecendo os negócios atendidos.

Crediamigo não se limita à concessão de crédito. Ele oferece orientação financeira, empresarial e ambiental, aprimorando a gestão dos negócios locais e a eficiência no uso dos recursos. Esta assistência fortalece a cultura empreendedora sustentável na região. (BNB Relatório, 2025, p.45)

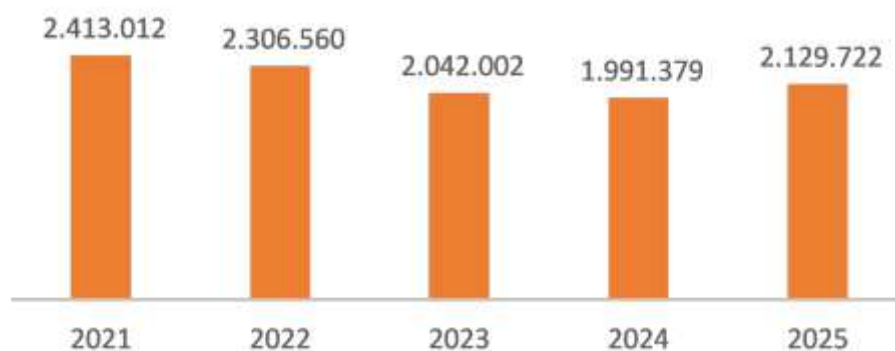
No primeiro semestre de 2025, segundo dados disponibilizados pelo site do BNB, o Crediamigo teve uma adesão maior do que o mesmo período de 2024.

Figura 1 - Contratações dos Financiamentos de 2021 a 2025

ANO	Valor contratado (Em R\$ Milhões)	Percentual de crescimento em relação ao ano anterior
2021	6.444,44	30,10%
2022	5.017,87	-22,14%
2023	4.857,65	-3,19%
2024	5.456,09	12,32%
2025 - 1º Semestre	6.453,19	18,30% ⁽¹⁾

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Figura 2 – Clientes ativos



Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Nesse cenário, é possível compreender que o Crediamigo se consolida como um instrumento estratégico de desenvolvimento no Nordeste, não apenas por ampliar o acesso ao crédito, mas também por impulsionar a geração de renda, fortalecer a economia local e promover a inclusão social. Ao apoiar microempreendedores em sua formalização e crescimento, o programa reafirma sua importância para o avanço sustentável da região. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2025)

4.1.2 Programa de Microcrédito Rural – Agroamigo

Criado em 2005 e direcionado a agricultores familiares e pequenos produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Agroamigo tem foco no estímulo à produção rural sustentável, financiamento de insumos, pequenos equipamentos, práticas agroecológicas e melhorias produtivas, sempre com acompanhamento técnico. Por meio desse programa, os agricultores podem contratar empréstimos de até R\$4.000,00 por operação, com juros de 0,5% ao ano e prazo máximo de dois anos para quitação. A fonte de recursos do programa é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989.

O programa concede financiamento com juros reduzidos e exige a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Assim como no Crediamigo, o acompanhamento dos

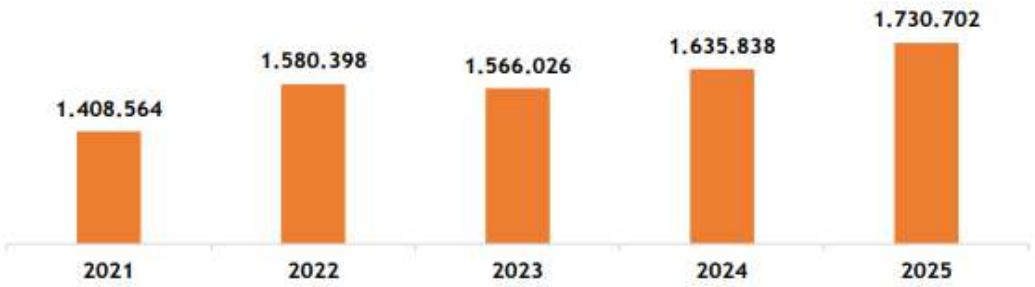
assessores do Inec garante orientação e apoio técnico aos produtores. O Agroamigo cresce continuamente e atualmente se consolidou como uma das principais iniciativas de inclusão produtiva rural, beneficiando milhares de agricultores, especialmente mulheres e famílias de baixa renda.

Evidenciando sua contribuição ao Plano Brasil sem Miséria, o Agroamigo contabiliza 936,5 mil operações de crédito ativas (contratadas no período de 2011 a setembro de 2014), das quais 591,0 mil destinam-se a beneficiários do Bolsa Família. Mais da metade das operações é contratada por mulheres (51%). (SOUZA, 2010, p.6)

Esse estilo de microcrédito rural do Banco do Nordeste, destaca-se pela metodologia de crédito orientado, que inclui presença direta nas comunidades e assistência técnica aos agricultores, garantindo melhor uso dos recursos e maior eficiência na gestão das atividades produtivas. O programa conta com diversas estratégias específicas, como o Agroamigo Água, Sol, Net, Mulher, Jovem, Moderniza e Agroecologia, que direcionam investimentos para infraestrutura hídrica, energia solar, inclusão digital, fortalecimento das mulheres agricultoras, modernização agrícola, mecanização e práticas sustentáveis. Essas iniciativas contribuem para o aumento da produtividade, geração de renda e desenvolvimento econômico local.

O programa tornou-se o maior nesse estilo da América do Sul. Segundo relatório do 1º semestre de 2025, o BNB informa que contratou R\$ 4,4 bilhões, permitindo a expansão da sua carteira em quase 95.000 novos beneficiários, alcançando a marca de 1,73 milhão de clientes, sendo a maior parte dessas operações foi destinada a mulheres, concentrando 168.501 contratos ou 51,5% do total, com R\$ 2,3 bilhões contratados.

Figura 3 - Número de Clientes do Agroamigo com Operações Ativas nos Últimos 5 Anos



Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Figura 4 – Número de Cliente Ativos

Clientes do Agroamigo					
ANO	2021	2022	2023	2024	2025.1
Clientes com operação ativa no Agroamigo	1.408.564	1.580.398	1.566.026	1.635.838	1.730.702

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Figura 5 – Histórico de valores contratados

ANO	Valor Contratado (R\$ MIL)	Percentual de Crescimento em Relação ao Ano Anterior
2021	3.395.599	16,69%
2022	3.819.707	12,49%
2023	5.669.522	48,43%
2024	8.603.058	51,74%
2025.1	4.408.759	-3,22% (*)

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria de Negócios

Esses dados apresentam a consolidação do Agroamigo como um dos principais instrumentos de fomento à agricultura familiar no Brasil e revelam crescimento contínuo no número de clientes, demonstrando a eficácia do crédito rural orientado e a crescente demanda entre pequenos produtores. Além dos impactos econômicos, o programa desempenha papel relevante na permanência das famílias no campo, reduzindo o êxodo rural e fortalecendo a sustentabilidade, a segurança alimentar e a cultura das comunidades. Assim, o microcrédito rural do Agroamigo mostra-se fundamental para a inclusão financeira, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento socioeconômico sustentável das regiões atendidas. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2024).

4.2 Estatísticas e histórico da evolução do microcrédito no BNB

É perceptível que a trajetória do microcrédito no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é marcada por contínua expansão, inovação metodológica e forte impacto socioeconômico nas regiões atendidas. Desde a criação dos programas Crediamigo (1998) e Agroamigo (2005), o BNB consolidou-se como a principal instituição de microfinanças da América do Sul, ampliando de forma consistente sua base de clientes, seus valores contratados e sua atuação territorial.

O crescimento do microcrédito no BNB acompanha transformações estruturais na economia do Nordeste e políticas públicas voltadas à redução da pobreza e promoção da inclusão produtiva. O Crediamigo, voltado ao meio urbano, alcançou, ao longo dos anos, indicadores expressivos que o tornaram referência internacional em microfinanças. Conforme dados apresentados por Souza (2010), o programa já contava, em 2014, com uma carteira ativa de 1,8 milhão de clientes e mais de R\$25 bilhões investidos na economia regional, demonstrando seu papel estratégico na dinamização de pequenos negócios informais e formais. Além disso, sua taxa de inadimplência, tradicionalmente inferior à média do Sistema Financeiro Nacional, reforça a eficácia do modelo de microcrédito orientado e da atuação direta dos assessores do Instituto Nordeste Cidadania (Inec) no acompanhamento dos clientes.

Essa evolução também pode ser observada no desempenho recente do programa. No primeiro semestre de 2025, o Crediamigo registrou mais de R\$6 bilhões em novas contratações, superando os resultados do mesmo período de 2024, o que demonstra a crescente demanda e a confiança dos microempreendedores no programa. A crescente capilaridade do BNB, presente em quase dois mil municípios, também contribui para a ampliação do acesso ao crédito e para a interiorização do desenvolvimento regional.

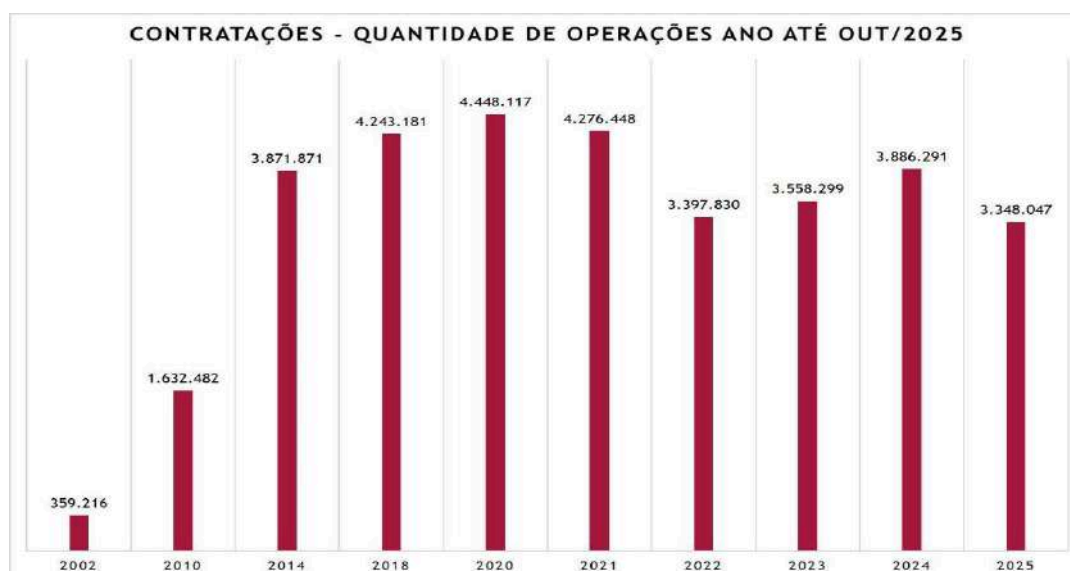
Segundo Banco do Nordeste (2024), o Agroamigo consolidou-se como o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul voltado à agricultura familiar. Desde sua criação, mostrou trajetória contínua de expansão, apoiada pela metodologia de crédito orientado, pela assistência técnica e pelo foco

em práticas produtivas sustentáveis. Em 2014, o programa já contava com 936,5 mil operações ativas, com destaque para a participação feminina (51% das contratações) e para a inclusão de beneficiários do Bolsa Família, reforçando seu papel como instrumento de combate à pobreza rural. (SOUZA, 2010).

Segundo dados do Relatório de Administração do BNB (1º semestre de 2025), o Agroamigo manteve seu ritmo de crescimento, contratando R\$4,4 bilhões e incorporando 95 mil novos beneficiários, alcançando a marca de 1,73 milhão de clientes. A maioria das operações destinou-se a mulheres agricultoras, evidenciando a relevância do programa para a autonomia econômica feminina e para o fortalecimento da agricultura familiar.

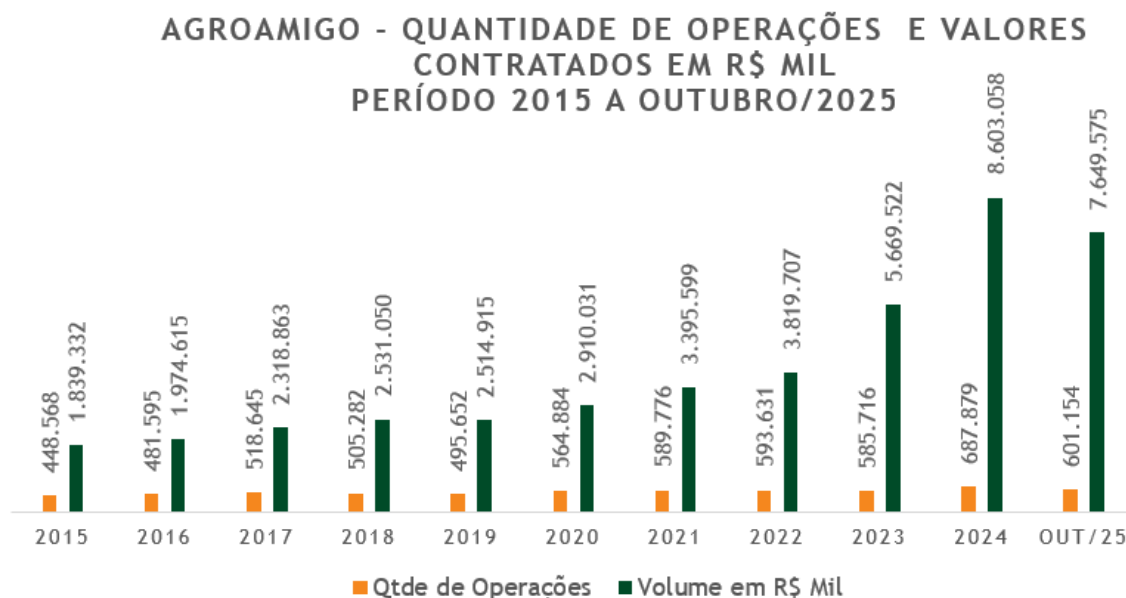
Ao analisar o conjunto desses dados, observa-se que o microcrédito no BNB possui trajetória ascendente e sustentada, marcada pela ampliação da cobertura geográfica, diversificação das modalidades de crédito, crescimento da carteira ativa e manutenção de baixos índices de inadimplência. Tanto o Crediamigo quanto o Agroamigo têm demonstrado eficácia não apenas como instrumentos financeiros, mas como políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico.

Figura 4 – Número de operações do Crediamigo entre 2002 a 2025



Fonte Banco do Nordeste - Relatórios do Crediamigo

Figura 5 – Número de operações e valores do Agroamigo entre 2015 a 2025



Fonte: Banco do Nordeste - Relatórios do Agroamigo.

Assim, o histórico de evolução do microcrédito no BNB revela sua consolidação enquanto mecanismo essencial de inclusão produtiva, geração de renda e redução das desigualdades regionais. Os resultados alcançados confirmam que a atuação integrada entre financiamento, acompanhamento orientado e presença territorial é capaz de promover transformação econômica duradoura e ampliar oportunidades para milhares de empreendedores urbanos e rurais no Nordeste brasileiro.

4.3 Impacto sobre a pobreza

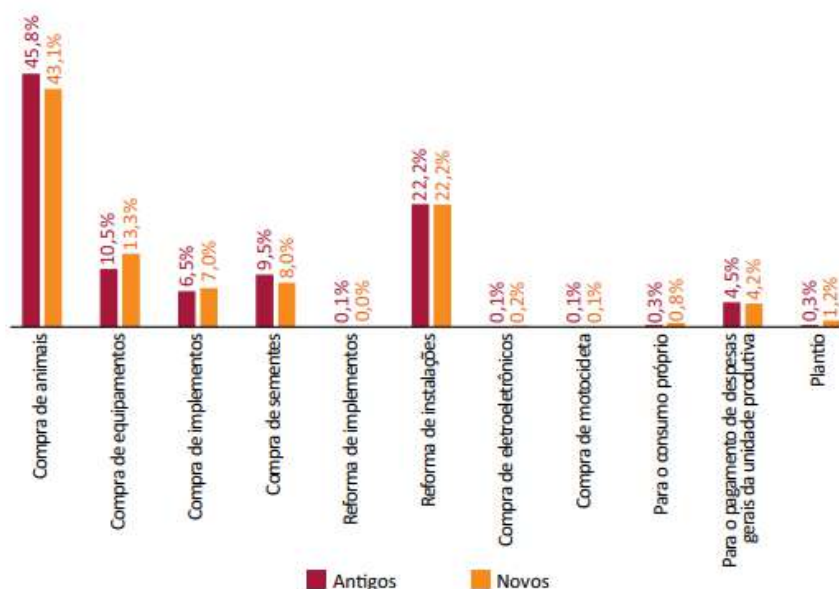
Para embasar esse tópico iremos analisar relatório “*O estudo Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes (2024)*”, desenvolvido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que evidencia como o microcrédito rural orientado exerce impacto significativo na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida de agricultores familiares. Os resultados demonstram que o programa promove inclusão financeira, amplia oportunidades produtivas e contribui para maior estabilidade econômica nas comunidades rurais atendidas.

Um dos primeiros impactos observados é o acesso ampliado ao crédito formal, permitindo que populações antes excluídas do sistema bancário passem a

integrar o mercado financeiro. Esse movimento reduz a dependência de empréstimos informais e melhora a capacidade de investimento das famílias.

Além disso, a diversificação das atividades produtivas é outro ponto destacado pelo relatório. Muitos beneficiários utilizam os recursos não apenas para a agricultura tradicional, mas também para atividades não-agrícolas, ampliando as fontes de renda e reduzindo riscos econômicos. Essa expansão das possibilidades produtivas contribui diretamente para o aumento da renda familiar, conforme evidenciado na Figura 7, que apresenta a percepção dos beneficiários sobre a melhoria de seus rendimentos após o acesso ao crédito.

Figura 6 – Uso do crédito a partir do tempo de exposição



Fonte: Banco do Nordeste – Relatório: Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes (2024)

Figura 7 – Percepção de melhoria da renda pelo programa Agroamigo



Fonte: Banco do Nordeste – Relatório: Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes (2024)

A análise também mostra que a renda tende a aumentar quanto maior é o tempo de permanência no programa. Esse resultado está demonstrado na Figura 8, que compara a renda total de agricultores com diferentes níveis de exposição ao microcrédito.

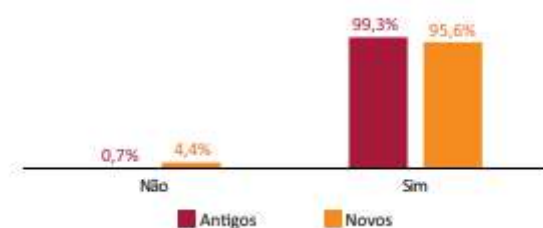
Figura 8 – Renda total segundo o tempo de exposição ao Programa Agroamigo



Fonte: Banco do Nordeste – Relatório: Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes (2024)

Outro aspecto relevante é a melhoria geral na qualidade de vida. As famílias atendidas relatam maior estabilidade financeira, acesso ampliado a bens essenciais e melhor planejamento econômico, elementos fundamentais para a redução da vulnerabilidade social e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

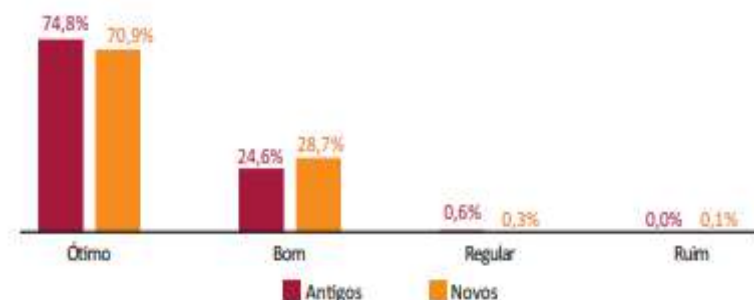
Figura 9 – Percepção da melhora de renda após o Programa Agroamigo



Fonte: Banco do Nordeste – Relatório: Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes (2024)

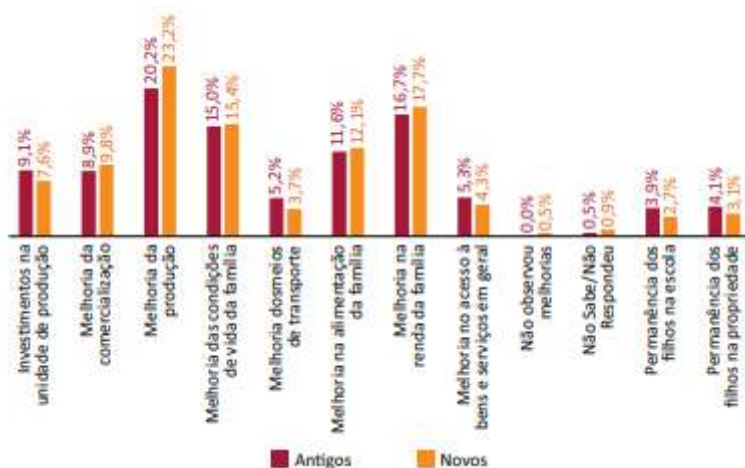
O relatório também apresenta um indicador de satisfação e validação do programa pelos próprios beneficiários, ilustrados nas Figuras 10 e 11, que demonstra a avaliação geral dos agricultores sobre os serviços prestados e sobre os impactos percebidos em suas condições de vida.

Figura 10 – Avaliação do programa Agroamigo



Fonte: Banco do Nordeste – Relatório: Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes (2024)

Figura 11 – Avaliação dos benefícios programa Agroamigo a partir do tempo de exposição



Fonte: Banco do Nordeste – Relatório: Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes (2024)

Somado a esses aspectos, o apoio técnico e o crédito orientado favorecem a fixação das famílias no meio rural, contribuindo para a diminuição do êxodo rural. O fortalecimento dos empreendimentos familiares gera estabilidade econômica local e reforça as bases para um desenvolvimento territorial sustentável.

Com base nesses resultados, conclui-se que o Agroamigo impactou positivamente a pobreza e se configura como uma política pública eficaz de microcrédito rural, capaz de promover inclusão produtiva, fortalecimento da agricultura familiar e redução da pobreza.

Reafirmando, o papel do Banco do Nordeste como agente central de transformação socioeconômica, ampliando oportunidades e contribuindo para a

construção de um ambiente de maior inclusão financeira e progresso social no Nordeste brasileiro.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o microcrédito como instrumento de inclusão produtiva e de redução da pobreza no Brasil, considerando suas dimensões econômicas, sociais e institucionais, bem como seus limites e potencialidades enquanto política pública. A partir da revisão da literatura especializada e da análise da experiência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), buscou-se compreender até que ponto o microcrédito é capaz de gerar emprego e renda e contribuir de forma efetiva para o enfrentamento da pobreza em um contexto marcado por profundas desigualdades estruturais. Os resultados obtidos ao longo da pesquisa permitem afirmar que o microcrédito exerce, de maneira consistente, impacto positivo sobre a pobreza, sobretudo ao ampliar o acesso ao crédito formal, reduzir vulnerabilidades econômicas e fortalecer estratégias de sobrevivência e geração de renda entre populações historicamente excluídas.

O debate teórico apresentado no Capítulo I demonstrou que o microcrédito não deve ser compreendido como uma solução isolada ou suficiente para o combate à pobreza. Autores como Hulme e Mosley, Wright, Santos e Carrion e Passos evidenciam que a pobreza é um fenômeno multidimensional, dinâmico e complexo, o que limita abordagens baseadas exclusivamente na elevação da renda monetária. Ainda assim, a literatura analisada reconhece que o microcrédito desempenha papel relevante ao promover inclusão financeira, estimular atividades produtivas e ampliar a capacidade de resposta das famílias a choques econômicos. Nesse sentido, seus impactos positivos sobre a pobreza tornam-se mais evidentes quando o microcrédito é inserido em estratégias mais amplas de desenvolvimento, articuladas a políticas sociais, educacionais, de capacitação e de fortalecimento do capital social.

No Capítulo II, a análise dos limites e possibilidades do microcrédito como política de geração de emprego e renda evidenciou tensões centrais no campo das microfinanças, especialmente entre a focalização e a sustentabilidade institucional. Embora a busca pela sustentabilidade financeira seja fundamental para a continuidade das instituições de microfinanças, ela pode restringir o acesso dos mais

pobres, reforçando a seletividade dos programas. Assim, observa-se que muitos programas tendem a beneficiar microempreendedores já inseridos no mercado, atuando mais na consolidação de ocupações existentes do que na criação de novas oportunidades de trabalho. Ainda assim, quando combinados com acompanhamento técnico, orientação financeira e práticas institucionais adequadas, os programas de microcrédito demonstram potencial para ampliar a inclusão produtiva e gerar impactos socioeconômicos mais duradouros.

A análise empírica desenvolvida no Capítulo III, centrada na experiência do Banco do Nordeste do Brasil, revelou evidências concretas dos efeitos positivos do microcrédito quando implementado de forma estruturada e orientada. Os programas Crediamigo e Agroamigo destacam-se como referências nacionais e internacionais, não apenas pela escala de atendimento ou pelos volumes de recursos aplicados, mas também pela metodologia adotada, baseada no crédito produtivo orientado, na presença territorial e no acompanhamento próximo dos beneficiários. Os dados analisados indicam crescimento contínuo da carteira de clientes, manutenção de baixos índices de inadimplência e impactos relevantes na geração de renda, na diversificação produtiva e na melhoria das condições de vida, especialmente entre pequenos empreendedores urbanos e agricultores familiares.

Os resultados dos relatórios de avaliação dos Programa Crediamigo e do Programa Agroamigo reforçam a importância do microcrédito orientado tanto urbano quanto rural como instrumento de combate à pobreza, ao evidenciar ganhos de renda associados ao tempo de permanência no programa, maior estabilidade econômica das famílias e fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, o foco em públicos específicos, como mulheres e beneficiários de programas sociais, contribui para ampliar a inclusão financeira e promover maior equidade social.

Dessa forma, a experiência do Banco do Nordeste do Brasil evidencia que o microcrédito pode ir além da simples concessão de crédito, configurando-se como uma política pública de desenvolvimento regional capaz de promover inclusão produtiva, reduzir vulnerabilidades e contribuir para a construção de trajetórias econômicas mais estáveis e sustentáveis. Assim, o microcrédito deve ser compreendido não como um fim em si mesmo, mas como parte de uma estratégia integrada de enfrentamento da pobreza e de promoção do desenvolvimento socioeconômico no Brasil.

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa indicam que o microcrédito constitui um instrumento relevante de inclusão financeira e produtiva, com impactos positivos sobre a pobreza, sobretudo ao ampliar o acesso ao crédito formal para populações historicamente excluídas do sistema bancário tradicional. Ao longo deste trabalho, tornou-se evidente que o microcrédito ocupa um lugar estratégico, no debate sobre enfrentamento da pobreza no Brasil. Apesar de não ser um instrumento milagroso capaz, por si só, de reverter desigualdades históricas e estruturais profundamente enraizadas, ignorar seu potencial seria negligenciar uma das poucas políticas que conseguem alcançar, de forma direta e contínua, populações tradicionalmente excluídas do sistema financeiro formal.

Os impactos positivos do microcrédito sobre a pobreza devem ser compreendidos não apenas a partir de indicadores monetários, mas também sob a ótica da redução de vulnerabilidades e do fortalecimento da autonomia econômica dos beneficiários. Ao possibilitar acesso contínuo ao crédito formal, mesmo em valores reduzidos, o microcrédito amplia a capacidade de planejamento financeiro das famílias, reduz a dependência de mecanismos informais e frequentemente predatórios de financiamento e favorece a construção de trajetórias produtivas mais estáveis. Esse processo, embora gradual, contribui para mitigar os efeitos mais severos da pobreza, permitindo que indivíduos e famílias enfrentem riscos econômicos com maior resiliência. Assim, ainda que o microcrédito não elimine a pobreza de forma imediata, seus efeitos positivos tornam-se evidentes na melhoria das condições de vida, na ampliação das oportunidades econômicas e na diminuição da insegurança financeira, especialmente quando integrado a políticas públicas orientadas ao desenvolvimento social e produtivo.

Dessa forma, conclui-se que o microcrédito, especialmente quando implementado de forma orientada, inclusiva e articulada a outras políticas públicas. Embora não seja uma solução única ou definitiva para o problema da pobreza, ele desempenha papel estratégico quando integrado a políticas públicas mais amplas de desenvolvimento econômico e social. Sua efetividade depende do fortalecimento institucional das organizações de microfinanças, da adequada definição do público-alvo, do equilíbrio entre sustentabilidade e focalização e da articulação com ações de capacitação, assistência técnica e acesso a mercados.

REFERÊNCIAS

- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito**: concessão e gerência de empréstimos. 2. ed. São Paulo: Atlas, p. 25-35, 1995.
- ALUKO, Timothy Olaniyi; BAYAI, Innocent; ENWEREJI, Prince Chukwuneme. **The impact of government microfinance program on poverty alleviation and job creation in a developing economy**. Public and Municipal Finance, v. 13, n. 1, p. 30-40, 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anais II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais_ii_forum_inclusao_financeira.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.
- COSTANZI, Rogério Nagamine. **Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda**. 2002.
- DOS ANJOS, Patrícia Daniela Souza; FRAGA, Marinette Santana; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. **Microcrédito e trabalho nas ruas**: desafios no contexto brasileiro. 2020.
- HULME, David; MOSLEY, Paul. **Finance Against Poverty**: Volume 2 – Country Case Studies. Taylor & Francis, 2006.
- LIMA, Shanna Nogueira. **Microcrédito como política de geração de emprego e renda**. Revista do BNDES, v. 32, p. 47-76, 2009.
- PASSOS, Alessandro Ferreira dos et al. **Focalização, sustentabilidade e marco legal**: uma revisão da literatura de microfinanças. 2002.
- SANTIAGO, Eduardo Girão. **Microcrédito para “empreendedores”**: a (im) pertinência da política de geração de ocupação e renda e combate à pobreza no mundo do trabalho contemporâneo. 2011.

SANTOS, Claire Gomes dos; CARRION, Rosinha da Silva Machado. **Microcrédito e pobreza: um diálogo possível?**. Revista de Administração Contemporânea, v. 13, p. 53-67, 2009.

TRIA, Djihad; HARUN, Mukaramah; ALAM, Mahmudul. **Microcredit as a strategy for employment creation: a systematic review of literature**. Cogent Economics & Finance, v. 10, n. 1, p. 2060552, 2022.

WRIGHT, Graham A. N. **The impact of microfinance services: increasing income or reducing poverty?**. Small Enterprise Development, v. 10, p. 38-47, 1999.

RHYNE, Elisabeth. **The Yin and Yang of Microfinance: Reaching the Poor and Sustainability**. *World Development*, 1998.

SOUZA, Nelson Antônio de. **Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil**. 2010.

Disponível em: [artigo_14.pdf](#). Acesso em: 29 nov. 2025.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de Administração: 1º semestre de 2025**. Ambiente de Planejamento; Superintendência de Estratégia e Organização; Diretoria de Planejamento. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2025. Disponível em: [9434ee30-d509-e8ca-79f7-a77bd6b63856](#). Acesso em: 01 dez. 2025.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Crediamigo 25 anos: a trajetória do Programa de Microcrédito Urbano do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2023. Disponível em: [2023_LIV_CRED.pdf](#). Acesso em: 30 nov. 2025.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2024. Disponível em: [2024_SAPP_21.pdf](#). Acesso em: 03 dez. 2025.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz de; COLEN, Célia Mara Ladeia; MELO, Maria Renata Bezerra. **Programa Agroamigo: uma avaliação dos impactos do crédito nas condições socioeconômicas dos clientes**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB, n. 21, 2024.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa Agroamigo do BNB completa 19 anos com R\$ 35 bilhões aplicados na agricultura familiar**. *Portal Banco do*

Nordeste, Fortaleza, 23 mai. 2024. Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/imprensa/noticias/-/asset_publisher/QGdgGhxvRtMv/content/programa-agroamigo-do-bnb-completa-19-anos-com-r-35-bilh%C3%B5es-aplicados-na-agricultura-familiar/44540. Acesso em: 03 dez. 2025.